

Confira artigo de Vera Valente, publicado na Revista do CSP-MG

O desenvolvimento e a aplicação de vacinas em tempo recorde abrem a perspectiva de superarmos a pandemia causada pelo novo coronavírus num horizonte não muito longo de tempo.

Independente disso, os sistemas de saúde do mundo todo já foram profundamente impactados pela eclosão da covid-19. Nada será como antes. Um aspecto particular tem ganhado absoluta relevância: o emprego de novas tecnologias para expandir a assistência à saúde.

Saúde e tecnologia têm andado cada vez mais juntas, alargando possibilidades e aumentando as chances de cura e tratamento. As inovações melhoram a qualidade de vida, ampliam a sobrevivência dos pacientes e, sobretudo, se refletem diretamente na expectativa de vida das pessoas – que, felizmente, é crescente em todo o mundo. Estamos vivendo mais, e isso é muito bom.

É preciso ter presente, contudo, que o avanço tecnológico cobra seu preço. E ele é alto. O fluxo de inovações é cada vez mais acelerado e seu custo, mais crescente ainda. Na saúde, diferentemente de outros setores da economia, as novas tecnologias tendem a encarecer sobremaneira a prestação dos serviços, numa espiral ascendente de difícil contenção.

Nada contra os avanços em prol da vida. Tudo a favor de que possam caber nos orçamentos das famílias, das empresas, dos prestadores e de contratantes de serviços, como os planos e seguros de saúde. Este, pois, é um enorme desafio que a pandemia descortinou: atuarmos juntos para garantir mais inovação, mas atentos aos impactos relevantes que elas têm sobre os custos, que precisam ser contidos de forma a não inviabilizar os avanços.

A mesma tecnologia que encarece – e, repito, mesmo assim merece ser sempre saudada – também é capaz de ampliar bastante o acesso dos usuários à saúde. O caso mais notório tem sido o da telessaúde. Durante muitos anos, a prática do atendimento médico (assim como o odontológico e o psicológico, entre outros) à distância foi vista com controvérsias, não apenas no país, mas em qualquer parte do mundo. Mas a pandemia mudou completamente a percepção e descortinou um novo cenário.

Nossas associadas reportam ter feito 250 mil teleconsultas em média por mês em 2020. Em 88% dos atendimentos, a demanda dos beneficiários foi resolvida sem a necessidade de ida a pronto-atendimentos, clínicas ou hospitais. Ao reduzir a exposição a riscos ao mínimo necessário, a telessaúde mostrou-se uma arma e tanto no enfrentamento da covid-19.

A telemedicina também reforçou a prática da atenção primária à saúde no país. O que isso significa? Significa intensificar cuidados preventivos, eliminando a busca por procedimentos de mais alta complexidade. Isso produz racionalidade no atendimento, otimiza o uso de estruturas hospitalares caras e, por conseguinte, auxilia na contenção de custos. Na ponta final, ajuda a reduzir os preços cobrados, aliviando o bolso dos usuários finais – no caso da saúde suplementar, na forma de mensalidades mais acessíveis.

Nem todos sabem, mas a telessaúde ainda não é uma conquista definitiva no país. A telemedicina, uma das modalidades da telessaúde, foi autorizada apenas em caráter emergencial e provisório somente enquanto durar o “estado de emergência em saúde pública de importância nacional” declarado pelo Ministério da Saúde em fevereiro de 2020.

Pela lei que permitiu essa modalidade de atendimento (nº 13.989/2020), a regulamentação definitiva da telemedicina em território nacional está agora a cargo do Conselho Federal de Medicina (CFM). Mas até o momento não houve manifestação da entidade a respeito. O tempo urge.

Ao mesmo tempo, uma discussão mais ampla sobre a permissão perene para a prática da telessaúde no país encontra-se em marcha no Congresso Nacional. É uma forma de toda a

sociedade brasileira se manifestar e se fazer ouvir. Como entidade representativa da saúde suplementar, a FenaSaúde está empenhada em tornar permanente essa alternativa de assistência que amplia o acesso à saúde para os brasileiros.

Num país de dimensões continentais como o nosso, isso é ainda mais crucial. Basta dizer que, enquanto no Maranhão a população local conta com 0,87 médico para cada mil habitantes, no outro extremo o Distrito Federal dispõe de 4,35, de acordo com a publicação 'Demografia Médica no Brasil', produzida pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A telessaúde é instrumento para atenuar tão gritantes desigualdades.

O primeiro ano de pandemia terminou com resultados até surpreendentes para a saúde suplementar no país. Pela primeira vez em seis anos, o número de usuários de planos e seguros de saúde cresceu: foram mais 560 mil pessoas atendidas pelas operadoras. Resta evidente que, embora vivamos um período de forte crise, também estamos diante de oportunidades e de um momento de aprimoramentos e superação. A tecnologia pode ser uma bem-vinda aliada. Basta perseverarmos por caminhos como os abertos pela telessaúde, sem, porém, jamais perder de vista os custos, componente fundamental também para o sucesso da atividade seguradora.

www.yumpu.com/pt/document/read/65412656/revista-do-cspmg-2021-ano-6-n06

Fonte: FenaSaúde, em 25.03.2021